

A CONSTRUÇÃO DE UM PLANO DE POLÍTICA CULTURAL PARA ARQUIVOS: A EXPERIÊNCIA DO COLEGIADO SETORIAL DE ARQUIVOS DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

Rodrigo Aldeia Duarte¹

RESUMO: Este trabalho busca apresentar o trabalho até agora empreendido pelo Colegiado Setorial de Arquivos do Conselho Nacional de Política Cultural, no sentido de criar um Plano Setorial de Arquivos, como parte integrante do Plano Nacional de Cultura, instituído pela Lei nº 12343/2010. A proposta envolve discutir o processo de criação do plano e os métodos de participação da sociedade civil na criação e monitoramento de políticas públicas na área de cultura, especificamente no setor de arquivos.

PALAVRAS-CHAVE: Arquivo, Plano Setorial de Arquivos, Plano Nacional de Cultura, Conselho Nacional de Política Cultural, Colegiado Setorial de Arquivos

1) Antecedentes: o Conselho Nacional de Política Cultural e o Colegiado Setorial de Arquivos

O Conselho Nacional de Política Cultural – CNPC, órgão colegiado integrante do Ministério da Cultura, foi criado em 2005, mas apenas em 2007 foi formalmente instalado, no contexto da gestação do Sistema Nacional de Cultura e do Plano Nacional de Cultura. Desde então, o CNPC tem procurado acolher representantes de distintos setores representativos da diversidade cultural brasileira, constituindo um plenário plural, em que estão sempre presentes e em debate diferentes concepções de política cultural.

Essa grande diversidade e representatividade por vezes trazem para o Planário debates acalorados e conflitos étnicos e regionais, que salientam as fortes desigualdades ainda presentes no Brasil nos dias de hoje. Com efeito, uma das grandes deficiências do processo democrático é que: “A representação não garante, pelo método da tomada de decisão por maioria, que identidades minoritárias irão ter a expressão adequada (...)” (DAHL, 1998, apud AVRITZER; SANTOS, 2002: p. 48). Num país com uma tradição democrática ainda muito jovem, muitas vezes o convívio entre grupos distintos chega às raias da conflagração, momentos em que são testados os alicerces da democracia representativa.

Desde a época do chamado Estado Novo, no final da década de 1930, muitos órgãos colegiados com o nome de conselhos, tiveram a incumbência de auxiliar o Estado na

1 Mestre em Memória Social e Documento pela UNIRIO. Trabalha desde 2008 como Técnico em Assuntos Culturais no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. É conselheiro titular do Conselho Nacional de Política Cultural, representante da sociedade civil do setor de arquivos. Contato: rodrigoduarte@arquivonacional.gov.br.

concepção e gestão de políticas culturais (MATA-MACHADO, 2013). Essas diferentes instituições colegiadas anteriores à Constituição Federal de 1988 não tinham contudo características democráticas, apesar de serem espaços de debate de políticas públicas que, em alguns casos, incluíam a participação de membros da sociedade civil, mesmo durante regimes autoritários. Por seu desenho institucional, podem ser compreendidas como conselhos de notáveis, compostos por personalidades notórias no campo cultural; conselhos de especialistas, compostos por pessoas de reconhecido mérito técnico e intelectual; e conselhos corporativos, compostos por profissionais representantes de sindicatos e organizações (idem: p. 15-16). Em nenhuma das experiências anteriores de conselhos envolvidos com a temática da cultura havia a possibilidade de um agente cultural autônomo candidatar-se a uma vaga de representante de seu setor de atuação sem a mediação direta de uma associação ou sem o explícito reconhecimento de seu mérito técnico ou individual.

Por esse prisma, o CNPC pode ser entendido como um conselho democrático, malgrado as controvérsias na escolha ou indicação de parte de seus membros² e os limites da democracia representativa. Sua composição é quase paritária entre representantes do poder público e da sociedade civil, com pequena vantagem para esta última (28 membros do poder público contra 31 da sociedade civil), o que o qualifica como um legítimo instrumento de participação social e de diálogo do Estado com setores da sociedade civil organizada. Segundo publicação da Secretaria Nacional de Articulação Social, organismo integrante da estrutura da Secretaria-Geral da Presidência da República (2010b: p. 9), “as decisões se qualificam na medida em que a participação social é ampliada. Essa é a razão principal para (...) construir uma nova relação entre o Estado e a sociedade, permitindo que as políticas públicas sejam fecundadas com as inteligências e as experiências da sociedade civil brasileira.”

O Regimento Interno do CNPC prevê a existência de Colegiados Setoriais para os setores culturais com direito a assento no Plenário. Esses colegiados têm, entre outras, a responsabilidade de escolher o conselheiro representante de cada setor. Esses colegiados são compostos por 15 representantes da sociedade civil e 5 do poder público, ampliando ainda mais o universo de pessoas envolvidas com a formulação e debate de políticas públicas.

2 Conforme Pereira, 2013. A constituição do Plenário do CNPC apresenta grande concentração de membros do próprio MinC, e parte dos representantes da sociedade civil atendem a critérios fixos (associações, fundações, empresas, etc.) cuja definição de parâmetros para a escolha dos representantes não é clara. Além disso, Houve muita contestação ao processo de eleição online criado em 2012 para definir os participantes dos Fóruns Nacionais setoriais que viriam a escolher os membros dos Colegiados Setoriais e, finalmente os conselheiros representantes dos setores técnico-artísticos e de patrimônio cultural.

Assim, nas palavras de Mata-Machado (2013, p. 13):

Os 13 membros das áreas técnico-artísticas e os 7 da área do patrimônio cultural são todos representantes da sociedade civil eleitos pelos respectivos Colegiados que, por sua vez, são compostos por 20 membros, sendo 15 da sociedade e 5 do poder público. Os 15 representantes da sociedade são eleitos nos Fóruns Nacionais Setoriais e somente eles votam nos respectivos titular e suplente que terão assento no Plenário do conselho. Entre os 15 devem estar representadas as 5 macrorregiões do Brasil.

Desse modo, em função desses 20 setores técnico-artísticos e de patrimônio cultural (artes visuais; música; teatro; dança; circo; literatura, livro e leitura; arte digital; arquitetura e urbanismo; design; artesanato; moda; culturas afro-brasileiras; culturas dos povos indígenas; culturas populares; arquivos; patrimônio material; patrimônio imaterial)³ devem ser constituídos regimentalmente os Colegiados Setoriais – instâncias subsidiárias e auxiliares do CNPC –, que têm entre suas incumbências a responsabilidade de escolher um entre seus membros para ocupar a cadeira reservada a cada um no Plenário do Conselho.

Porém, ainda segundo o regimento, na ausência dos colegiados os conselheiros representantes desses setores devem ser escolhidos pelo Ministro da Cultura. E assim foi para diversos setores, como o setor de arquivos, que de início não possuía Colegiado Setorial e foi interinamente representado no Plenário pelo Diretor-Geral do Arquivo Nacional, cujo suplente era o Diretor do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Apesar do caráter contingente e transitório desses conselheiros, sua presença naquele Plenário contrariava a própria lógica da representatividade da sociedade civil, e o MinC poderia ter utilizado critérios distintos na escolha desses que, mesmo em caráter temporário, viriam a ser os primeiros representantes do setor de arquivos no Plenário do CNPC.

Em 2010 ocorreram as pré-conferências setoriais, realizadas como fases preparatórias para a II Conferência Nacional de Cultura – II CNC. Essas pré-conferências, além de expandir ainda mais o conjunto de pessoas envolvidas nos debates, garantiram a representatividade na II CNC dos 20 setores técnico-artísticos e de patrimônio cultural, o que criou um marco e propiciou uma mudança de rumo na constituição dos Colegiados Setoriais.

A pré-conferência setorial de arquivos, ocorrida no Rio de Janeiro, na Fundação Casa de Rui Barbosa, representou o início de um processo que levaria à instalação definitiva do Colegiado Setorial de Arquivos. Aquela pré-conferência tirou 10 delegados para a II CNC, e a

3 Exceto os setores de audiovisual e museus, que não possuem colegiado por solicitação direta da Secretaria de Audiovisual/MinC e do IBRAM. O colegiado de música tem dois assentos no CNPC: música popular e música erudita.

luta daqueles delegados culminou na criação de um grupo de trabalho que escolheu o primeiro representante legítimo da sociedade civil do setor de arquivos. Assim foram lançadas as bases para a fundação do colegiado.

Após um mandato muito difícil da primeira representante da sociedade civil de arquivos no Plenário do CNPC, Heloísa Esser dos Reis, o quadro evoluiu e o ano de 2012 acabou sendo muito importante para as políticas públicas no campo da cultura. Em dezembro desse ano, o MinC realizou os Fóruns Nacionais Setoriais, um grande processo de seleção virtual que elegeu pessoas dos setores técnico-artísticos e de patrimônio cultural para escolherem seus representantes nos Colegiados Setoriais do CNPC. Com isso, completava-se um ciclo iniciado com a regulamentação do CNPC pelo Decreto nº 5520/2005⁴. A partir daquele momento, todos os Colegiados Setoriais, incluído o de arquivos, foram finalmente instalados, e os representantes junto ao Plenário do CNPC puderam ser eleitos por seus pares, como inicialmente previsto.

Vencida essa etapa inicial de formalização das instâncias do CNPC, e garantida a constituição dos Colegiados Setoriais e a representatividade efetiva da sociedade civil no Plenário, restava aos membros dos colegiados no biênio 2013-2014 a difícil tarefa de criar seus planos setoriais decenais, como partes do Plano Nacional de Cultura, em apenas quatro reuniões durante todo seu curto mandato.

2) Início do processo de criação do Plano Setorial de Arquivos

O Colegiado Setorial de Arquivos foi constituído a partir do Fórum Nacional Setorial de dezembro de 2012. Porém, a posse dos membros da sociedade civil só foi publicada em 23 de abril de 2013, pela Portaria nº 35 do Minc, e sua primeira reunião ocorreu apenas em julho do mesmo ano, passados quase sete meses do processo de escolha do Fórum Nacional Setorial. Naturalmente aquele momento inicial foi gasto com discussões (e muitas dúvidas e incertezas) acerca do Regimento Interno - que só viria a ser tacitamente aprovado na segunda reunião do ano de 2013. Questões burocráticas e de organização interna alongaram-se por bastante tempo e tiveram muito poucas consequências práticas para os trabalhos do colegiado, quer pelo pioneirismo de ser o primeiro mandato do colegiado, quer por imperícias do MinC na condução e orientação do processo⁵. De fato, o debate em torno do Plano Setorial de

4 Parcialmente alterado pelo Decreto 6973/2009, porém sem qualquer modificação significativa de conteúdo.

5 É imperioso reconhecer a valiosa oportunidade que é a participação do setor de arquivos no CNPC e a inestimável incorporação da sociedade civil ao processo de gestão e concepção de políticas públicas que representam os conselhos nacionais. Ainda assim, e mesmo admitindo-se falhas pontuais e incapacidades dos membros do Colegiado Setorial de Arquivos, o apoio do MinC aos trabalhos do colegiado foi muito tímido.

Arquivos ficou muito mais a cargo do grupo de discussão por correio eletrônico e do blog, formados de maneira independente pelos membros do Colegiado.

O calendário em 2012 foi bastante restrito para o setor. A segunda reunião do Colegiado Setorial de Arquivos ocorreu no final de agosto de 2012, em virtude da adequação das datas necessária à realização das reuniões do Plenário do CNPC e da III Conferência Nacional de Cultura – III CNC, no final de novembro. Esse encurtamento do tempo de maturação de ideias e avaliação de propostas entre as duas reuniões do colegiado (uma reunião em julho, outra em agosto) atrapalhou bastante o trabalho de criação de um diagnóstico situacional da área de arquivos, algo que era fortemente incentivado pelo MinC como um elemento norteador para a criação de metas realistas para os planos setoriais.

De todo modo, a III CNC foi um momento extremamente oportuno para os membros do Colegiado Setorial e para a área de arquivos como um todo. No dia 27 de novembro de 2013, véspera da abertura da conferência, os colegiados tiveram uma reunião extraordinária para acertarem estratégias para sua atuação durante a III CNC. Nessa mesma data, comissões de todos os colegiados foram recebidas pela Ministra da Cultura Marta Suplicy em seu gabinete para uma reunião especial, uma deferência do MinC para com o CNPC e uma clara postura de fortalecimento dos colegiados. Nessa oportunidade os membros do Colegiado Setorial de Arquivos apresentaram demandas específicas do setor, discutidas previamente na reunião extraordinária, as quais tiveram boa receptividade por parte da Ministra. Foram elas: a criação de edital específico para o setor de arquivos; maior integração com o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Arquivos e o Arquivo Nacional⁶; e a criação de um memorial da repressão cultural, com o intuito de marcar os 50 anos do início do regime militar no Brasil, como uma iniciativa de preservação da memória da repressão e censura aos agentes culturais durante o regime de exceção.

Além disso, a própria conferência representou um grande avanço e trouxe importantes conquistas para o setor de arquivos. Do total de 64 propostas aprovadas, 18 tratam diretamente de arquivos ou de questões relacionadas, como acervos ou patrimônio. A

Caso houvesse, desde o início, um assessoramento do ministério no sentido de estabelecer um cronograma e uma metodologia de trabalho e o estabelecimento de parceria com alguma empresa ou universidade, como foi sugerido pelos membros do colegiado, a tarefa de criação do Plano Setorial de Arquivos teria sido muito menos árdua e provavelmente teria chegado a termo dentro do prazo previsto para o mandato dos membros do colegiado.

6 Ao Ministério da Justiça estão submetidos o Conselho Nacional de Arquivos e o Arquivo Nacional. O Arquivo Nacional, órgão responsável pela implementação da política arquivística no Poder Executivo Federal, tem assento como representante do poder público no Colegiado Setorial de Arquivos. Porém a presença dos representantes do Arquivo Nacional nesse importante fórum de debate tem sido errática e insuficiente.

visibilidade do setor cresceu bastante frente aos demais agentes culturais presentes à III CNC, e as moções apresentadas pelos membros do Colegiado Setorial de Arquivos lograram êxito em coletar o número de assinaturas necessárias para sua aprovação.

Mesmo assim, o objetivo fundamental do Colegiado Setorial de Arquivos, qual seja, a criação do Plano Setorial de Arquivos, teve um primeiro ano muito pouco produtivo. Boa parte das iniciativas lançadas não renderam bons frutos e a maior parte do trabalho ainda restava por fazer. Mesmo assim, os avanços e perspectivas encetados pela participação dos membros do colegiado na III CNC renovaram o ânimo e conferiram novas dimensões e possibilidades para o trabalho em torno do plano setorial.

3) Continuidade dos trabalhos e estado atual do Colegiado Setorial de Arquivos

Após a participação na conferência, um pequeno grupo de relatoria foi montado com quatro integrantes do Colegiado Setorial de Arquivos para dar sequência ao processo de estruturação de uma minuta de Plano Setorial de Arquivos. Debruçado sobre documentos relevantes como as propostas aprovadas na III CNC, o Plano Nacional de Cultura, os dados disponíveis da análise situacional realizada e outros planos já produzidos por colegiados setoriais instalados e constituídos há mais tempo, o grupo de relatoria necessitou pouco mais de dois meses para produzir uma primeira versão do plano e apresentá-la para o restante dos membros do Colegiado Setorial de Arquivos para avaliação e sugestões. As sugestões e críticas serão recolhidas e compiladas por um grupo de sistematização, que irá produzir uma nova versão a ser analisada por todos os membros do colegiado na 1ª reunião de 2014 e posteriormente submetida aos demais interessados, especialmente à comunidade arquivística, por meio de consulta pública pelo sistema utilizado pela equipe do MinC/Plano Nacional de Cultura.

A fase principal de elucubração em torno do plano e de sua elaboração foi praticamente concluída, restando agora etapas de validação, redação final e publicação. No momento atual⁷ o Colegiado Setorial de Arquivos está em fase de finalização de uma versão preliminar do Plano Setorial de Arquivos. Ao mesmo tempo em que essa versão preliminar será aprovada pelos membros do colegiado, ela também será apresentada à equipe do Plano Nacional de Cultura, para eventuais correções de formato e para adequação aos parâmetros

⁷ No momento em que este texto foi produzido, a reunião presencial do Colegiado Setorial de Arquivos ainda não havia ocorrido, e a última versão da minuta do Plano Setorial de Arquivos ainda estava em fase de sistematização final.

necessários para o sistema de consulta pública⁸.

4) Perspectivas para o Plano Setorial de Arquivos

Após a sistematização e aprovação da versão preliminar do Plano Setorial de Arquivos, será muito importante dar a maior publicidade possível à consulta pública. A consulta pública é um processo democrático de controle e participação social, que permite ampliar o conjunto de pessoas envolvidas para a validação de um projeto. Porém, sua eficácia como método de participação está diretamente condicionada à visibilidade e ao grau de conhecimento que a comunidade tem acerca do projeto que se quer constituir. Para uma consulta pública bem sucedida, será necessária uma política de divulgação eficiente e que atinja seu público-alvo primordial, a comunidade profissional de arquivos.

Nesse sentido, participações de membros do Colegiado em eventos acadêmicos e debates específicos junto à comunidade arquivística são fundamentais, como o que ocorreu em novembro de 2013 na XXIV^a Jornada Arquivística da UNIRIO, em que os temas do CNPC, da confecção do Plano Setorial de Arquivos e da relação entre política arquivística e política cultural foram exaustivamente debatidos⁹. Na mesma linha, a Associação dos Servidores do Arquivo Nacional promoveu evento na sede do órgão no Rio de Janeiro, que contou com a participação de três membros do colegiado, que discutiram o CNPC, a III CNC e outras questões da área de arquivos¹⁰. Esperamos conseguir realizar mais debates e mesas-redondas em ambientes acadêmicos e profissionais nos próximos meses para fomentar a discussão em torno da política cultural para o setor de arquivos e incentivar a participação na consulta pública sobre a versão preliminar do Plano Setorial de Arquivos.

Mas a presença em eventos acadêmicos não é suficiente para garantir um bom afluxo de participantes para a consulta pública. Há que se fazer também uma maciça divulgação por meios eletrônicos. O Colegiado Setorial de Arquivos teve desde o início essa preocupação com a democratização das informações e a participação da comunidade, mantendo um informativo eletrônico por mala-direta, uma conta no facebook com mais de 300 seguidores e um blog¹¹.

8 As aplicações “Delibera” e “Consultas Públicas” são as ferramentas disponibilizadas pela plataforma CulturaDigital.BR para criar ambientes digitais colaborativas para a discussão de políticas públicas. Esses instrumentos estão disponíveis em <http://culturadigital.br/plataformascolaborativas/>.

9 <http://www2.unirio.br/unirio/cchs/ppggda/xxiv-jornada-arquivistica-da-unirio-2013>.

10 <http://colegiadodearquivoscnpic.blogspot.com.br/2013/12/mesa-redonda-sobre-o-colegiado-setorial.html>.

11 O endereço do blog é <http://colegiadodearquivoscnpic.blogspot.com.br>. No facebook: <https://www.facebook.com/ColegiadoSetorialdeArquivosdoCNPIC?ref=hl>. O informativo é distribuído por correio eletrônico a entidades e membros da comunidade arquivística cujos endereços foram arregimentados

Além disso, é fundamental estabelecer contato com associações profissionais da área de arquivo para que promovam em seus portais institucionais e por meio de seus contatos a iniciativa da consulta pública ao Plano Setorial de Arquivos. Iniciativa semelhante conseguiu mobilizar mais de três mil pessoas ligadas direta ou indiretamente ao campo arquivístico no início de 2011, num movimento de solidariedade ao Arquivo Nacional quando de sua abrupta transferência da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Justiça¹². É extremamente necessário, neste momento crucial de finalização do plano setorial, resgatar aquela forte mobilização anteriormente demonstrada pela comunidade arquivística.

Com a utilização desse tipo de estratégia de divulgação, acreditamos ser possível atingir uma quantidade significativa de agentes culturais, pesquisadores, profissionais e demais interessados nas questões do segmento de arquivos, e com isso realizar uma consulta pública com participação bastante pertinente, o que certamente irá conferir maior legitimidade, complexidade, diversidade e relevância ao Plano Setorial de Arquivos.

Ainda é necessário estabelecer um cronograma consolidado junto ao MinC para essa fase final de produção do plano. O enorme desafio que hora se apresenta é conseguir concluir a publicação do Plano Setorial de Arquivos ainda durante este mandato do colegiado, que termina em dezembro de 2014, após dois anos. Nesse curto espaço de tempo, o Colegiado Setorial de Arquivos terá apenas mais uma reunião no final de novembro, o que faz com que uma parte expressiva do trabalho tenha que ser feita por meio eletrônico, como aliás já vem sendo realizado. Nesse ínterim, será necessário terminar a consulta pública e sistematizar todas as contribuições que surgirem, gerando então uma versão final do plano. É importante que haja um ou mais bons textos de introdução, para os quais possivelmente sejam convidados especialistas da área, o que envolve mais um prazo para a produção desses textos. É preciso ainda que o MinC contrate empresa para diagramar, ilustrar e imprimir o trabalho final, o que é um trabalho especializado que também demanda bastante tempo e planejamento¹³.

Todas essas questões relativas à execução dos trabalhos finais da constituição do Plano Setorial de Arquivos serão decididas nas próximas duas reuniões do ano de 2014, as últimas

junto às listas de contatos dos membros do colegiado.

12 <http://arquivonacional.arquivista.org/>. O movimento, organizado a partir de uma iniciativa da escola de arquivologia da UNIRIO, foi tão intenso e rápido que fez com que o Ministro da Justiça visitasse o Arquivo Nacional ainda no mês de janeiro de 2011 e recebesse uma comissão de membros para discutir a situação do órgão. Essa reunião com o ministro acabou levando à realização da Iª Conferência Nacional de Arquivos em dezembro do mesmo ano.

13 Isto sem ignorar as dificuldades e embaraços na atuação do chamado “terceiro setor” que, segundo Paoli, “desmancham a referência pública e política para reduzir as injustiças sociais” (2002: 404).

deste primeiro mandato do colegiado. Levando-se em conta os eventos que ainda acontecerão neste ano, a Copa do Mundo de Futebol e as eleições presidenciais, é muito difícil que a versão final do plano seja publicada ainda em 2014. O mais provável é que o atual grupo do Colegiado Setorial de Arquivos consiga finalizar a estrutura básica e toda parte textual, deixando o trabalho pronto para impressão, responsabilidade que fatalmente recairá sobre os integrantes do próximo mandato do colegiado, no biênio 2015-2016. Não obstante, o trabalho de constituição de um plano de metas decenal para arquivos no âmbito do Sistema MinC já terá avançado bastante, e a estrutura do plano, devidamente validada pela comunidade arquivística e formatada nos padrões do Plano Nacional de Cultura já terá sido um avanço, e permanecerá como um legado construído a duras penas pelos integrantes do colegiado.

Ainda não há clareza sobre os métodos que serão utilizados para o próximo processo seletivo de escolha de membros dos colegiados, dado que no Plenário do CNPC surgiram muitas críticas à forma como foram conduzidas as inscrições *online* para os Fóruns Nacionais Setoriais de 2012. O conselho irá discutir essa questão nas próximas reuniões e decidir provavelmente por modificações no sistema de candidaturas e de eleição dos participantes. Os membros atuais têm, regimentalmente, direito a uma recondução, caso desejem manter-se no colegiado. Porém, mesmo que haja uma renovação completa nos quadros do Colegiado Setorial de Arquivos, haverá com certeza muito trabalho pela frente, com a publicação e acompanhamento do Plano Setorial de Arquivos. Desejamos, desde já, que os representantes do setor que vierem a substituir e recompor o colegiado tenham tanta ou mais gana de trabalhar em prol dos arquivos, e que venham a conquistar mais e maiores conquistas para o setor nos anos vindouros.

REFERÊNCIAS:

ARQUIVO NACIONAL. *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

AVRITZER, L.; SANTOS, B. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, B (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BRADSHER, James Gregory (org.). *Managing archives and archival institutions*. London: Mansell, 1990.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 4., 1979, Rio de Janeiro. *Anais do 4º Congresso Brasileiro de Arquivologia*. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 1982.

DAGNINO, E. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DUCHEIN, Michel. *Los obstáculos que se oponen al acceso, a la utilización y a la transferencia de la información conservada en los archivos: un estudio del RAMP*. Paris: Unesco, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2009*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2009/default.shtm>>. Acesso em 08/06/2010.

_____. *Perfil dos municípios brasileiros, 2012*. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

MATA-MACHADO, B.A instituição conselho e a democracia: na história do Brasil e no Conselho Nacional de Política Cultural. In: Congresso CONSAD de Gestão Pública, 6., 2013. Brasília, 2013. 18 p. Disponível em <<http://consadnacional.org.br/wp-content/uploads/2013/05/068-A-INSTITUI%C3%87%C3%83O-CONSELHO-E-A-DEMOCRACIA-NA-HIST%C3%93RIA-DO-BRASIL.pdf>>. Acesso em 05/03/2014.

MELO, A. Com quem fica o passado?: polêmica na gestão do Arquivo Nacional. *Revista de História.com.br*. Jan. 2011. <<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/reportagem/com-quem-fica-o-passado>>. Acesso em 10/03/2014.

MINISTÉRIO DA CULTURA; INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. *Plano Nacional Setorial de Museus – 2010/2020*. Brasília: MinC/Ibram, 2010.

MINISTÉRIO DA CULTURA. *Plano Setorial para as Culturas Indígenas*. Brasília: MINC/SID, 2010.

_____. *Plano Setorial do Livro e Literatura*. Brasília: MINC, 2010.

_____. *Plano Setorial para as Culturas Populares*. Brasília: MINC/SID, 2010.

_____. *As metas do Plano Nacional de Cultura*. Brasil. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

_____. *Como fazer um plano de cultura*. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2013

PAOLI, M. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, B (org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PEREIRA, C. A efetividade da institucionalização democrática da cultura: uma análise sobre a composição no Conselho Nacional de Política Cultural. In: SILVA, E.; BARROS, L. (orgs.). *Experiência de Participação Institucionalizada*. Belo Horizonte: UFMG / FAFICH, 2013.

ROMÃO, W. Entre a sociedade civil e a sociedade política. *Novos Estudos*. São Paulo: CEBRAP, n. 87, p. 199-206, 2010. Resenha de: AVRITZER, L. *Participatory institutions in democratic Brazil*. Washington; Baltimore: Woodrow Wilson Center; Johns Hopkins University, 2009

SHELLENBERG, T. *Manual de Arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. (Publicações Técnicas 10)

_____. *Modern archives: principles and techniques*. Chicago: University of Chicago Press, 1956.

SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Democracia participativa: nova relação do estado com a sociedade (2003-2010)*. Brasília, 2010.

_____. *Conselhos Nacionais*. Brasília, 2010.

SEMINARIO INTERNACIONAL DE ARCHIVOS DE TRADICIÓN IBÉRICA, 5., 2007, San José. *Los archivos al servicio de la sociedad: memoria*. San José: Ministerio de Cultura y Juventud, Dirección General del Archivo Nacional, 2008.